



Professor dará contribuição, diz secretário de Previdência

Gerardo Magela/Agência Senado



Rosilene Lima, Heleno Araújo, Leila Barros e Rolim, para quem a Previdência não resolve problemas da educação

Segundo Leonardo Guimarães, estudos do governo mostram que apenas no Brasil e na Croácia professoras se aposentam antes dos professores. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação diz que um terço da categoria sofre com doenças profissionais

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, o secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, disse que os professores precisarão contribuir para equalizar o sistema previdenciário. Se aprovada a reforma como enviada pelo governo ao Congresso, quem ingressar na carreira de magistério só poderá se aposentar aos 60 anos, após 30 anos de contribuição, sem diferenciação de gênero, explicou o secretário.

— Sabemos que a remuneração está longe de ser a ideal, há políticas que podem melhorar as condições de trabalho, mas não devemos jogar o problema para a Previdência — afirmou.

Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Heleno Araújo, um terço dos professores sofre com doenças profissionais. As mulheres, que são 80% da categoria, serão as mais prejudicadas, segundo ele, pois já enfrentam dupla jornada de trabalho. **3**



Proposta de reduzir imposto de cigarro reacende debate sobre combate ao fumo

A criação de um grupo no Ministério da Justiça para estudar a redução de impostos sobre cigarros reacendeu o debate sobre o combate ao fumo. O governo acredita que a alta carga

de impostos estimula o contrabando de produtos de baixa qualidade, com danos à saúde e à arrecadação. Um projeto em análise no Senado aumenta o rigor contra o fumo. **4**

Getty Images/Sincophoto



De acordo com o Inca, entre 2013 e 2017 o consumo per capita de cigarro no Brasil caiu 57,8%



Marcos Brandão/Senado Federal

Ronaldo Caiado, Davi Alcolumbre, Vanderlan Cardoso, Luiz do Carmo e Chico Rodrigues em Minaçu

Senadores defendem trabalhadores de mineradora paralisada por liminar do STF

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, acompanhou no sábado senadores da comissão temporária externa formada para avaliar a situação da Sama Minerações, em Minaçu (GO). Líder na América Latina em extração e beneficiamento de um tipo de amianto

usado na construção civil, a mineradora está parada desde fevereiro por liminar do Supremo Tribunal Federal. Segundo a empresa, 2,8 mil famílias de Minaçu são beneficiadas pelos empregos e o município depende dos impostos pagos pela mineradora. **2**

MP da regularização ambiental pode ser votada em 7 de maio

A presidente da comissão mista sobre a medida provisória que amplia o prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental, senadora Juíza Selma, disse que o relatório deve ser votado na terça-feira da semana que vem. Ontem o relator, deputado Sergio Souza, apresentou sua complementação de voto. **3**

Projeto regulamenta locação de imóvel residencial por aplicativo

O senador Angelo Coronel apresentou projeto que regulamenta locação de imóveis residenciais por aplicativos como Airbnb. Segundo a proposta, a prática só será permitida com consentimento dos condôminos. O projeto está na Comissão de Constituição e Justiça, aguardando relator. **2**

Nova lei obriga notificação compulsória de automutilação

A lei que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio foi sancionada na sexta-feira. O texto determina a notificação compulsória, pelos estabelecimentos de saúde, dos casos de violência autoprovocada, incluindo as tentativas de suicídio e a automutilação. **3**

Mineradora em Goiás gera empregos, dizem senadores

Grupo que contou com a participação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, foi à cidade de Minaçu para verificar a situação da Sama Minerações, paralisada por liminar do STF desde fevereiro

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, e o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, acompanharam, no sábado, senadores da comissão temporária externa formada para avaliar a situação da Sama Minerações, na cidade de Minaçu (GO). Líder na América Latina em extração e beneficiamento de crisotila, um tipo de amianto usado principalmente na construção civil, a mineradora está paralisada desde fevereiro por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo a Sama, 2,8 mil famílias de Minaçu são beneficiadas direta ou indiretamente pelos empregos da empresa, e o município depende dos impostos pagos pela mineradora. Em 2017, a exploração de amianto foi proibida. Atualmente o STF aguarda parecer da Procuradoria-Geral da República para uma decisão definitiva sobre a retomada da atividade no país.

— A visita do Senado é para verificar a situação. É angustiante ver decisão jurídica se sobrepor à vida das pessoas — disse Davi.



Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (C), com senadores e autoridades locais

Também participaram da visita os senadores Vanderlan Cardoso (PP-GO), Luiz do Carmo (MDB-GO) e Chico Rodrigues (DEM-RR), além de deputados federais e estaduais.

Em audiência com a comunidade, Vanderlan, autor do requerimento para a visita, afirmou que a liminar do STF foi equivocada. Para ele, Senado, governo estadual, prefeitura, câmara de vereadores e população em geral precisam se unir para reverter a decisão judicial.

— A Sama precisa voltar a funcionar com urgência, para

garantir o emprego dos trabalhadores — disse Vanderlan.

O presidente do Senado concordou.

— Atualmente temos o maior número de desempregados da história deste país.

Vanderlan informou que será preparado um relatório sobre o trabalho da comissão em Minaçu para ser apresentado à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, ao presidente do STF, Dias Toffoli, e à ministra Rosa Weber, responsável por analisar o caso.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Trabalhador não tem o que celebrar, afirma Veneziano

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) afirmou ontem que os trabalhadores não têm nada a festejar no dia 1º de Maio. Para ele, a reforma trabalhista estava errada e não resolveu o problema do desemprego no país, como era anunciado pelos seus defensores.

O senador destacou que não se arrepende de ter votado contra a reforma, quando era deputado, porque ela criou o trabalho intermitente e se sobrepôs ao que é determinado pela lei.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Chico Rodrigues critica a oposição e defende reformas

Os primeiros 100 dias do governo Bolsonaro foram elogiados por Chico Rodrigues (DEM-RR). Para ele, mesmo tendo assumido com um “passivo enorme, o governo tem sido cobrado com veemência por componentes de governos anteriores”.

— Torci pelo sucesso de governos socialistas. Acreditei no Plano Real. Agora, por favor, permitam-me acreditar num governo liberal. Torcer para o prédio pegar fogo só porque não gosta do síndico é pura insanidade — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Rogério Carvalho diz que Brasil segue caminho da barbárie

O atual governo conduz o Brasil pelo caminho da barbárie, segundo Rogério Carvalho (PT-SE). O senador disse que o presidente Jair Bolsonaro e sua equipe patrocinam o desmonte do estado de bem-estar social e a supressão de direitos e garantias fundamentais conquistados nos últimos anos.

— O país retrocedeu 50 anos em poucos meses, com a venda do patrimônio nacional e a política de desinvestimento da Petrobras, e em relação à proteção ao meio ambiente.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Locação de imóveis por sites pode ser regulamentada

Um projeto de lei pode regulamentar a locação de imóveis residenciais por temporada feita através de aplicativos, como o Airbnb. O PL 2.474/2019, de Angelo Coronel (PSD-BA), altera a Lei das Locações (Lei 8.245, de 1991) adicionando artigo para explicitar que esta prática só será permitida com consentimento dos condôminos.

A locação realizada através de plataformas digitais de intermediação tem se tornado comum com a popularização de aplicativos

que promovem novas formas de relacionamentos entre consumidores e prestadores de serviços. Para o senador, no entanto, essas tecnologias representam novos desafios para a sociedade, criando situações que não estão previstas na legislação e podem gerar conflitos. O projeto de lei tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda o recebimento de emendas e a escolha de relator. Se aprovado, o texto será encaminhado para a Câmara dos Deputados.

“Holocausto nunca mais”: frase será projetada no Congresso

A frase “holocausto nunca mais” será projetada nas duas torres do Congresso a partir do início da noite de amanhã, em referência ao Dia do Holocausto e do Heroísmo — *Yom HaShoa VahaGvurá*, em hebraico.

A Confederação Israelita do Brasil, que solicitou a projeção, ressalta que a iniciativa é um tributo à memória dos 6 milhões de judeus exterminados pelos nazistas

durante a Segunda Guerra Mundial. Além de manter viva a memória das vítimas do nazismo, o objetivo da data é servir de alerta contra o antissemitismo.

Pelo calendário judaico, o *Yom HaShoa VahaGvurá* é lembrado em 27 do mês de Nissan, que no calendário gregoriano corresponde ao início da noite de 1º de maio até o pôr do sol do dia 2, feriado nacional em Israel.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



MP 871/2019 Fraudes em benefícios
9h30 Audiência pública sobre a medida provisória. Entre os convidados, representantes da Casa Civil, do Ministério da Economia e do INSS.

CE Educação em políticas femininas
10h Debate sobre a educação no fortalecimento de políticas para mulheres.
PLENÁRIO Sessão não deliberativa
14h Discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• **Alô Senado:** 0800 612211
• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Bulte
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Professor precisa dar contribuição, afirma secretário de Previdência

Leonardo Rolim argumentou que outras categorias com aposentadoria especial serão afetadas pela reforma da Previdência

A MAIORIA DAS experiências internacionais estudadas pelo governo não diferencia a aposentadoria do magistério da dos demais trabalhadores. Somente Brasil e Croácia aposentam professoras antes dos professores. Portanto, a reforma da Previdência, que impõe idade mínima e mais anos de trabalho à categoria, não é destoante, avaliou o secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Os professores que ingressarem no sistema, se a PEC 6/2019 for aprovada como enviada pelo Executivo ao Congresso, só poderão se aposentar aos 60 anos, após 30 anos de contribuição, sem diferenciação de gênero, explicou o secretário. Hoje não há idade mínima, apenas a exigência de tempo de contribuição de 30 anos para homens e 25 anos para mulheres. Servidores públicos precisam cumprir outros requisitos como idade e tempo no órgão.

Rolim frisou que as novas regras só alcançarão os novatos. Os atuais professores terão duas opções de transição: tra-



Rosilene Lima, Heleno Araújo, Leila Barros e Rolim durante audiência

balhar a mais metade dos anos que faltam para se aposentar ou pela regra 86/96, na qual se soma a idade e o tempo de contribuição. Segundo ele, todos os cidadãos precisam dar sua cota de esforço para equalizar o sistema, já que os brasileiros estão vivendo mais, incluindo os professores, e a Previdência, na atual configuração, é insustentável.

— Sabemos que a remuneração está longe de ser a ideal, há políticas que podem melhorar as condições de trabalho, mas não devemos jogar o problema para a Previdência — disse Guimarães.

O secretário também explicou que todas as aposentadorias especiais, como a de policiais, terão regras mais

duras e idade semelhante para homens e mulheres.

Para representantes dos professores, é injusto comparar o Brasil a outros países se as condições de trabalho aqui são piores. Segundo eles, há um ambiente que adoce o docente e o governo não estudou esse ponto em suas análises da legislação estrangeira.

Doenças laborais

Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Heleno Araújo, um terço da categoria sofre com doenças profissionais e se afasta da sala de aula temporária ou definitivamente. As mulheres, frisou, serão especialmente penalizadas, porque do total

de professores do país, 80% é do sexo feminino, que já enfrenta dupla ou até mesmo tripla jornada em casa.

Para a diretora de Finanças do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, Rosilene Lima, o debate numérico é insuficiente para aprovar uma proposta como a PEC 6/2019, que, disse, é “uma desgraça para qualquer trabalhador”.

— A discussão não pode ser feita sem falar de um projeto para o Brasil. Não é à toa que a educação está sendo atacada. Estão tentando passar para a sociedade que somos inimigos dos filhos do trabalhador, como se o desmonte da educação fosse responsabilidade de quem se dedica à formação de pessoas para o mercado de trabalho. Está tudo distorcido.

Araújo e Rosilene também ressaltaram que a categoria recebe salários inferiores à média do Poder Executivo, com piso de R\$ 2.455.

A audiência foi requerida e presidida pela senadora Leila Barros (PSB-DF), que afirmou que “abusos e privilégios precisam ser corrigidos, mas exageros e perdas demasiadas de direitos e garantias não podem ser toleradas”.

Reforma do ensino é necessária, diz Confúcio Moura

Para avançar no crescimento econômico é preciso primeiro avançar no aproveitamento escolar, destacou Confúcio Moura (MDB-RO). Para o senador, a reforma na educação é mais importante até que as reformas previdenciária, tributária e política.

— A educação é a base de todas as demais reformas. Se você não melhorar educação, nenhuma reforma terá base de sustentação. Vão desmorrar, afundar no lamaçal da ignorância — defendeu.

O senador ressaltou que ainda falta muito para que o Brasil atinja uma situação satisfatória no setor educacional.

Kajuru defende educação como direito fundamental

Jorge Kajuru (PSB-GO) afirmou que o Dia Mundial da Educação — comemorado no domingo — é importante para conscientizar as pessoas sobre a importância da educação na garantia de oportunidades a todos.

Para o senador, a educação de qualidade é um direito fundamental, essencial para a evolução do ser humano e, conseqüentemente, “responsável pela transformação da sua realidade”, disse Kajuru.

O senador aproveitou para homenagear também os professores e pedir mais respeito e valorização a esses profissionais.

Para Alvaro Dias, é preciso refundar a República

Alvaro Dias (Pode-PR) defendeu a refundação da República para pôr fim ao “divórcio que distancia governantes da população”. Para isso, disse, é preciso eliminar uma série de privilégios, como o foro privilegiado, as aposentadorias especiais e auxílio-moradia. Após qualificar de imprescindível a reforma da Previdência, o senador defendeu a adoção de um modelo tributário mais moderno e próximo aos dos sistemas europeu e norte-americano. Para o senador, outro desafio é a aprovação do novo pacto federativo, que equilibre a distribuição dos recursos arrecadados.

Comissão vota em 7 de maio MP sobre regularização ambiental

O relator da medida provisória que amplia o prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), deputado Sergio Souza (MDB-PR), apresentou ontem complementação de voto ao relatório preliminar da MP 867/2018. Segundo a presidente da comissão mista, senadora Juíza Selma (PSL-MT), o texto deve ser votado em 7 de maio.

O PRA regulamenta a adequação de áreas de proteção permanente (APP) e de reserva legal de propriedades rurais por meio de recuperação ou compensação.

O texto do relator foi criticado pela deputada Erika Kokay

(PT-DF) e pelo deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), que apresentou voto em separado para manter o teor original da MP. Segundo ele, as modificações do relator causam insegurança jurídica

e prejudicam a conservação ambiental. Para Erika, Souza usou a MP, que tratava de um tema específico, para rever questões já definidas no novo Código Florestal, “com o objetivo nítido de destruir

qualquer preservação”.

O projeto de lei de conversão do relator estabelece que, caso o PRA não esteja implementado nos estados até 31 de dezembro de 2020, a adesão ao programa deverá ser feita no órgão federal, no prazo de um ano a partir da implementação pela União, ou até 31 de dezembro de 2021.

O texto apresentado por Souza também estabelece a conversão de multas decorrentes de desmatamento irregular em áreas com menor proteção e determina ainda que as disposições transitórias do Código Florestal se aplicam a todos os biomas, sem especificidades.



Deputado Sergio Souza e senadora Juíza Selma na comissão mista da MP

Exigência de notificação compulsória de automutilação vira lei

Foi sancionada na sexta-feira a lei que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. A norma (13.819, de 2019) teve origem no PL 1.902/2019, do deputado licenciado Osmar Terra (hoje ministro da Cidadania), aprovado pela Câmara em março e pelo Senado no dia 4 de abril.

O texto determina a noti-

ficância compulsória, pelos estabelecimentos de saúde, dos casos de violência autoprovocada, incluindo as tentativas de suicídio e a automutilação.

O projeto foi aprovado na forma de substitutivo apresentado em Plenário pelo deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG). Além das medidas previstas no texto

original, ele incluiu a criação de um sistema nacional para prevenção da automutilação e do suicídio e de um serviço telefônico gratuito para atendimento do público.

O presidente da República, Jair Bolsonaro, vetou apenas o dispositivo que submetia quem descumprisse a nova legislação às punições previstas na Lei de Infrações

à Legislação Sanitária (Lei 6.437, de 1977).

O governo argumenta que o dispositivo equipara genericamente à infração sanitária o descumprimento das obrigações relativas à Política de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, o que não permite tipificação clara da conduta vedada e da respectiva penalidade.

Senado debate aumento de rigor contra cigarro

Governo argumenta que alta carga tributária incentiva o contrabando de produto de baixa qualidade, com danos à arrecadação e à saúde do fumante. Projeto de José Serra tenta barrar o fumo no país

Reportagem: Dante Accioly
Edição: Maurício Müller

O CIGARRO FAZ do Brasil refém de uma estatística perversa. De cada cinco jovens que dão a primeira tragada antes dos 18 anos, três podem ser tornar dependentes e permanecer fumando ao longo da vida adulta. O impacto para a saúde é desastroso: o uso continuado do tabaco está relacionado a pelo menos 50 enfermidades graves, como cânceres e doenças respiratórias e cardiovasculares. A droga mata mais de 156 mil pessoas por ano no Brasil — uma média de 428 óbitos por dia.

A criação de um grupo de trabalho no Ministério da Justiça reacendeu o debate sobre as sequelas do fumo e as políticas mais adequadas para diminuir o consumo. Assinada em março pelo ministro Sergio Moro, a Portaria 263/2019 atribui ao grupo a tarefa de

rever a tributação sobre os cigarros baseando-se na hipótese de que a carga de impostos estimula o contrabando de produtos de baixa qualidade, com danos para a arrecadação e para a saúde dos brasileiros.

O grupo de trabalho, no qual representantes do Ministério da Saúde atuarão como convidados, vai detalhar uma proposta controversa: reduzir a carga de impostos — e consequentemente o preço médio — do cigarro nacional para torná-lo economicamente mais atraente.

O presidente-executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, o advogado Edson Vismona defende a redução dos tributos, hoje na faixa de 80%, na soma do IPI e do ICMS. Ele destaca que, entre as dez marcas de cigarros mais vendidas no Brasil, quatro são paraguaias. Duas ocupam as primeiras posições no mercado local. Ele estima em R\$ 100



Entre 2003 e 2017 o consumo per capita de cigarro no Brasil caiu 57,8% e o número de fumantes, para 35,6%, segundo o Inca

bilhões o prejuízo da indústria e em R\$ 46 bilhões as perdas com a evasão fiscal.

— Pagam-se 18% de impostos no Paraguai. A média do produto brasileiro é de R\$ 7,46. O ilegal, R\$ 3,31. O consumidor vai comprar qual? É óbvio.

O argumento baseado nos efeitos nocivos do rigor tributário integra há muitos anos a pauta de queixas da indústria do tabaco — lado a lado com o do suposto equívoco quanto ao preço mínimo por maço (R\$ 5). Ao longo das duas últimas décadas, entretanto, o hábito de fumar vem regredindo de maneira consistente. Entre 2003 e 2017, o consumo per capita caiu 57,8% e o número de fumantes, 35,6%, segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca).

Em que intensidade — e por que meios — essas taxas poderiam melhorar, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS)?

Projeto

No Senado, o PLS 769/2015, do senador José Serra (PSDB-SP), ataca o problema em quatro frentes: proíbe qualquer tipo de exposição ou promoção de produtos fumígenos, prevê o uso de embalagens padronizadas para todas as marcas vendidas no Brasil, barra o comércio e a importação de cigarros mentolados ou aromatizados e pune o motorista que fumar ou permitir o fumo em veículo que transporte menor de 18 anos de idade.

O projeto foi aprovado nas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). No ano passado, a CTFC realizou duas audiências públicas sobre a proposta, com a participação de especialistas a favor e contra o texto.

Representante do Inca, a odontóloga Alessandra Trin-

dade Machado lembrou que os custos associados a despesas médicas e perda de produtividade provocadas pelo tabagismo no Brasil alcançam R\$ 56,9 bilhões por ano. O valor que o governo arrecada com tributos sobre a venda de cigarros — R\$ 13 bilhões anuais — representa menos de 23% desse total.

A diretora-executiva da Aliança de Controle do Tabagismo Promoção da Saúde, Mônica Andreis, também defendeu a proposta:

— Tabaco não é um produto qualquer, é sim uma droga.

A maior resistência ao projeto de Serra é do setor tabagista, que movimenta R\$ 2,5 trilhões por ano ao redor do mundo. Segundo o conselheiro da Associação Brasileira da Indústria do Fumo Delcio Sandi, experiências de outros países demonstram que vedar completamente a exposição de cigarros ou padronizar as embalagens não reduz a prevalência de fumantes. E, segundo ele, não existe correlação direta entre o banimento dos cigarros aromatizados e a diminuição do consumo.

— Fala-se muito do mentol. Se realmente fosse tão importante, o Brasil não teria apenas 4% de participação desses produtos no mercado.

Presentes em 48% das cidades da Região Sul, os produtores de fumo também se opõem ao projeto. Para o prefeito de Venâncio Aires (RS) e representante da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco, Giovane Wickert, o projeto pode quebrar a principal fonte de renda dos agricultores:

— A aprovação desse projeto vai na contramão e pode gerar uma crise muito grande em municípios como o meu — advertiu.

Serra contra-argumenta lembrando que 80% da produção nacional de tabaco é destinada

à exportação, segmento não afetado pelo texto em análise. Ministro da Saúde entre 1998 e 2002, ele ressalta que o foco do projeto é o bem-estar dos consumidores brasileiros:

— Se o cigarro faz mal, independentemente de gerar emprego, não tem sentido deixarmos de combater o tabagismo. A indústria está defendendo seus interesses, que são contrários à saúde da população.

Do lado oposto está o senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) por temer que as restrições ao consumo tragam prejuízo aos produtores de tabaco da Região Sul e dos estados de Alagoas e Bahia.

— O projeto vai na direção de acabar com a produção. Mas isso não vai acabar com o uso do fumo, porque Estados Unidos, China e Índia são grandes produtores e não vão acabar com a lavoura. O projeto dá um tiro no pé em cima da produção nacional.

Se depender dos profissionais que lidam diariamente com tumores malignos e veem no tabagismo uma epidemia, a proposta seguirá em frente:

— Esse projeto é bem-vindo. Acreditamos que é um aprimoramento necessário em nossas leis — opina o diretor do Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital de Amor, ex-Hospital do Câncer de Barretos, Rui Manuel Reis.

Como é e como fica com o PLS 769/2015



Legislação atual: É proibida a propaganda comercial, com exceção apenas da exposição dos produtos nos locais de vendas, desde que acompanhada das advertências

Proposta: É proibida qualquer forma de propaganda, entre elas a exposição nos locais de vendas e em máquinas automáticas



Legislação atual: É permitido o chamado patrocínio institucional, com a utilização somente do nome e da logomarca do fabricante

Proposta: É proibida qualquer forma de propaganda, publicidade, promoção e patrocínio institucional de empresas fabricantes ou exportadoras



Legislação atual: As embalagens devem conter mensagens de advertência em relação ao uso

Proposta: As embalagens, exceto para exportação, deverão conter mensagens de advertência. Além disso, todas as marcas terão a mesma embalagem e não exibirão atrativos visuais

Itens acrescentados pelo projeto

- É proibida a importação e a comercialização de produtos fumígenos, derivados do tabaco, acrescidos de substâncias que realcem o seu sabor ou cheiro. A proibição consta de resolução da Anvisa confirmada pelo STF, mas ainda assim questionada em instâncias inferiores, que têm dado ganho de causa a 90% das marcas.
- É vedado fumar, dentro de um veículo, na presença de passageiro menor de 18 anos. Infringir a norma será infração de trânsito gravíssima, punível com multa.

Saiba Mais

Portal Saúde Brasil
<http://bit.ly/parar-fumar-ms>

Projeto de José Serra
<http://bit.ly/PLS769de2015>

Instituto Nacional de Câncer (Inca)
www.inca.gov.br

O Atlas do Tabaco
<http://bit.ly/Atlas-tabaco-ha>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania